



**Ministério Público
de Contas**
Mato Grosso

Gabinete do Procurador de Contas
Alisson Carvalho de Alencar
Telefone: (65) 3613-7619
E-mail: acalencar@tce.mt.gov.br

PROCESSO Nº : 13087-7/2012
PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
INTERESSADOS : DORIVAL LORCA
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GESTÃO (QUITAÇÃO)

PARECER Nº 56/2014

Manifesta pela quitação da multa imposta ao interessado, com a conseqüente baixa de seu nome do Cadastro Informatizado de Controle de Sanções.

Trata-se de processo referente às Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, exercício 2012, sob a responsabilidade do **Sr. Dorival Lorca**, as quais foram julgadas regulares com determinações legais pelo Acórdão nº 5.352/2013-TP (fls. 1.356/1.358).

O referido Acórdão aplicou multa ao responsável no valor de 42 UPF's, em razão das irregularidades apontadas nos autos.

Consoante o art. 1º da Resolução Normativa nº 02/2013 TCE/MT, os ressarcimentos imputados por este Tribunal, desde o dia 01/03/2013, sofreram redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de quitação.

O Núcleo de Certificação e Controle de Sanções informou às fls. 1.384/1.385 que o responsável recolheu ao FUNDECONTAS, em 30/12/2013, o valor correspondente a sanção imposta.

Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial ao exercício do controle externo, no uso de suas atribuições institucionais, **manifesta-se** pela **quitação** da multa comprovadamente recolhida, na



**Ministério Público
de Contas**
Mato Grosso

Gabinete do Procurador de Contas
Alisson Carvalho de Alencar
Telefone: (65) 3613-7619
E-mail: acalencar@tce.mt.gov.br

forma do art. 21, XVIII, da Resolução Normativa n° 14/2007, bem como pela **baixa** do nome do **Sr. Dorival Lorca** do Cadastro Informatizado de Controle de Sanções deste Tribunal.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 20 de janeiro de 2014.

(assinatura digital^[1])

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR

Procurador de Contas

^[1] Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n° 11419/2006.